

Ives Gandra*

A não aplicabilidade da Lei Magnitsky no Brasil

O Ministro Gilmar Mendes declarou que deve haver uma lei proibindo a aplicação da Lei Magnitsky no Brasil. Tenho grande admiração e já escrevo livros com ele, pois somos amigos há 45 anos. Ainda assim, tenho a certeza de que essa lei não é aplicável no país, razão pela qual, a meu ver, não há necessidade dessa proibição. Ora, a Lei Magnitsky não tem efeito na legislação brasileira, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos.

Entretanto, o que pode acontecer — dependendo da forma como a Lei Magnitsky for aplicada pelo governo americano — é que atinja as empresas que trabalham tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Tem razão o Ministro Gilmar Mendes ao dizer que a referida lei não é aplicável e não pode ser aceita no Brasil. Contudo, as empresas que trabalham nos dois países podem enfrentar problemas, pois se o governo americano for ao extremo de exigir que tais empresas se sujeitem a essa lei no território brasileiro — desobedecendo, portanto, no Brasil, o que é imposto às empresas americanas em relação a uma condenação —, poderão ser multadas, prejudicadas e até proibidas de trabalhar nos EUA.

Não há, entretanto, ferimento à soberania nacional de qualquer país. Se as empresas que estiverem no Brasil entenderem que serão prejudicadas porque negociam nos Estados Unidos, e estes limitarem suas atividades por força da Lei Magnitsky, caberá a elas decidirem se aceitam ou não essa exigência e, não aceitando, arcar com as consequências nos EUA.

Se não aceitarem e os Estados Unidos quiserem puni-las, terão a opção de deixarem de atuar naquele país. Se as empresas aceitarem, significa que aplicarão no Brasil aquilo que é imposto pelo governo americano, a fim de não serem prejudicadas nos Estados Unidos.

Reitero que a soberania não está em jogo e o Ministro Gilmar Mendes tem razão, mas não é necessária norma alguma para dizer que a Lei Magnitsky não é aplicável no Brasil.

Outra coisa são as consequências para as empresas que optarão por seguir o regime americano, trabalhando ou tendo relações nos Estados Unidos. São, pois, essas empresas que podem sofrer as sanções

nos Estados Unidos, com reflexos para todos os países do mundo.

Isso é bom esclarecer para não dar a impressão de que está ocorrendo interferência internacional em território brasileiro. Resumindo, no Brasil, aplicam-se as leis brasileiras; nos Estados Unidos, as leis americanas, sendo que a Lei Magnitsky permite que se apliquem sanções a empresas que lá trabalham.

Embora a lei não tenha efeito per se no Brasil, as decisões tomadas por empresas multinacionais em face das sanções americanas criam um precedente de adequação voluntária a uma norma estrangeira. Esse alinhamento, motivado pela necessidade de acesso ao mercado dos EUA, não deve ser confundido com a recepção formal da Lei Magnitsky pelo sistema legal nacional, mas sim como uma consequência da globalização econômica e da interconexão financeira.

Ademais, é fundamental considerar a perspectiva da nossa política externa e das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos diante de tais cenários. Caso o governo americano intensifique a aplicação extraterritorial de suas sanções, levando a um impacto significativo em empresas sediadas no Brasil que operam nos EUA, o Brasil poderá se sentir compelido a tomar medidas protetivas, não necessariamente para “proibir” a Magnitsky, mas para salvaguardar o ambiente de negócios nacional contra o que poderia ser visto como uma pressão indevida.

Isso que é importante realçar, para que não reste nenhuma dúvida de que a soberania brasileira está garantida.

*Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifeio, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército, Superior de Guerra e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1^a Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras e do Instituto dos Advogados de São Paulo.

PINGA-FOGO

■ PACHECO DISPARA NA CORRIDA PELA VAGA NO STF - A candidatura do senador Rodrigo Pacheco para o STF esquentou. A estagnada da popularidade de Lula e os voos independentes do presidente da Câmara, Hugo Motta, aumentaram a dependência do presidente da boa vontade do Senado. Antes da COP30, ele teria nomeado Jorge Messias sem sustos. Agora, tem que pensar duas vezes. Dentro do STF, o apoio a Pacheco só cresce.

■ SE PRETERIDO, DANTAS VAI DEIXAR A VIDA PÚBLICA - Anotem: se for preterido na corrida pela cadeira do STF, o ministro Bruno Dantas vai desembocar da vida pública e ingressar na iniciativa privada. As conversas avançaram. Vai ganhar por mês o que o recebe oficialmente em um ano como ministro do Tribunal de Contas da União.

■ CEL. MARCELO MEDEIROS NO JOGO DO PODER - O programa Jogo do Poder, apresentado pelo jornalista Ricardo Bruno às 23h20 de domingo, na CNT, terá um convocado especial na próxima edição: o secretário de Estado da Polícia Militar, coronel Marcelo de Menezes. Na conversa, detalhes da megaoperação nos Complexos do Alemão e da Penha e outros assuntos relacionados à segurança pública do Rio.

■ OS 80 ANOS DE JOÃO BARRETO, DA ORLA RIO - Fundador da Orla Rio João Barreto, o homem que transformou a praia em um encontro, negócio e cultural, celebra seus 80 anos de vida em grande estilo, na próxima terça-feira, dia 18, no Roy Dinner Show, em um jantar que reunirá amigos e familia-



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Vinícius Cozzolino homenageado pela classe contábil do Rio

Fotos CM



O deputado estadual Vinícius Cozzolino recebeu a homenagem pela lei de sua autoria que incluiu um representante do Conselho de Regional de Contabilidade no Conselho de Contribuintes da Sefaz-RJ

O deputado estadual Vinícius Cozzolino recebeu, na última quarta-feira (12), uma moção de aplausos e uma placa de reconhecimento pelo trabalho em defesa dos contadores do Estado do Rio de Janeiro. A homenagem aconteceu durante o evento “Oscar da Contabilidade”, realizado no EcoVilla Ri Happy, e foi promovida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ).

O reconhecimento se deve à Lei nº 10.821/2025, de autoria do parlamentar, que garante a inclusão de um representante do CRC-RJ no Conselho de Contribuintes da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-RJ), órgão responsável pelo julgamento de autos de infração e lançamentos fiscais.

Durante a cerimônia, o presidente do CRC-RJ, Rafael Machado, destacou a relevância da parceria com o deputado:

“O deputado Vinícius Cozzolino foi fundamental para essa grande conquista, que assegura a presença de um profissional de contabilidade no Conselho de Contribuintes do Estado. Essa cadeira repre-

senta um avanço histórico para a categoria e o reconhecimento de seu papel técnico e ético.”

Ao agradecer a homenagem, Cozzolino ressaltou a importância da representatividade dos contadores no Conselho:

“Era uma injustiça o Conselho de Contribuintes, que julga todos os autos de infração e lançamentos fiscais do Estado, não

contar com a presença de quem mais entende dessa realidade. Os contadores são profissionais que zelam pela regularidade fiscal das empresas e orientam pessoas físicas e jurídicas na busca pela legalidade. Nossa lei corrige essa distorção e assegura à categoria o espaço que ela sempre mereceu”, afirmou o parlamentar.

Alexandre Garcia

Ironias

Tem gente zombando dos brasileiros. A maior zombaria dos últimos dias é a justificativa presidencial de que os narcotraficantes são vítimas de seus fregueses. Coitados, se tornam bandidos pelo sacrifício de abastecer os viciados. Talvez por isso o Presidente não tenha apresentado pésames às famílias dos policiais mortos pelas “vítimas”. Ao contrário, em Belém, para jornalistas estrangeiros, acabou de dizer que os mandados eram de prisão, não de matança. O vitimismo zomba das verdadeiras vítimas, os milhões oprimidos pelos narcotraficantes. A chamada sociedade é a culpada de pressionar os bandidos para se tornarem traficantes, assassinos, assaltantes, senhores feudais de territórios onde exercem extorsão. O marxismo defende que o criminoso é um oprimido. Alguns que se julgam peritos em sociologia e segurança pública, garantem que atrás de um fuzil há um ser humano bondoso e justo.

Garantiam. Até o dia em que dona Joelma, mãe de Arthur, que havia sido preso na operação Constenção, irrompeu a delegacia onde o filho estava algemado e derrubou todas as teorias sociais sobre a bandidagem:

— Você não é vítima da sociedade; você é vítima de suas próprias escolhas!

Assim como Arthur, dezenas de milhões de brasileiros são vítimas de suas próprias escolhas, principalmente na hora do voto. Outras dezenas de milhões de brasileiros são vítimas das escolhas de Arthur, nas ruas e nas urnas. Escolhas erradas geram más consequências para todos.

O Rio recebeu a visita de um ministro do Supremo, Alexandre de Moraes que, como novo relator da ação que restringiu a ação da polícia no Rio, trouxe a iniciativa de ser fiscal da lei, como era quando Promotor e foi tomar satisfações do governador do estado federativo do Rio de Janeiro, que exerceu seu poder planejando uma operação que não teve danos colaterais, pois só atingiu homens armados, municiados, com fardas militares e colete blindado, e na execução de mandados judiciais de prisão e busca e apreensão. Pelo jeito, Moraes constatou a legalidade da operação. Quase uma centena de fuzis apreendi-

dos - a maioria do poder bético entrou pela fronteira, que é da responsabilidade de forças federais. Por ironia, foi o Supremo que passou a limitar a entrada da polícia nos morros cariocas, que ampliaram a condição de santuários do crime. A tal ponto que se transformaram em valhacoutos para bandidos de fora, que pagam caro pela hospedagem. Metade dos mortos não era do Rio. E um ministro do Supremo foi tomar satisfações do governador. Ironia pura.

Blindados que haviam sido emprestados a outros governadores, agora não foram cedidos. Lula já disse que não iria botar as forças armadas contra o povo, o que é uma expressa falácia. O Presidente violou sua palavra de não decretar Garantia da Lei e da ordem enquanto for presidente”, para garantir segurança na COP de Belém, na foz do Rio Amazonas. A entrada do rio no território brasileiro, ainda como Solimões, é dominada pelo mesmo CV que a polícia fluminense combate. Bem simbólico: uma GLO para garantir segurança no despejo das águas, contaminadas pelo CV na origem em território brasileiro. E, flutuando nessas águas, o iate que hospeda o Presidente. Ironia pura.

Em menos de um ano, haverá eleição. Para presidente, governador, deputados e, principalmente, dois terços do Senado - a casa que julga impeachments. Será o grande momento para evitar escolhas erradas; a grande oportunidade para corrigir inversões, como essa de torcer pelo bandido, contra a polícia da lei e ordem. Os que sempre quiseram invertir a ordem de valores, estão descobrindo agora que não conseguiram seu objetivo, pelas reações aos acontecimentos do Rio. O povo, surpreendido nas ruas onde passou o cortejo fúnebre de um sargento do BOPE, aplaudiu de modo espontâneo e unânime. Todas as pesquisas mostraram maioria de 60 a 70% apoiando a ação policial. Na favela, o apoio foi maior: 87,6% segundo a Atlas Intel. O governo, com todas as manifestações simpatizantes a bandidos e críticas à polícia, como só pensa em eleição, tem motivos para ficar preocupado. Governantes e mídia governada talvez parem de ironias com que zombam dos brasileiros.

res para uma grande noite de celebração à vida e ao empresário, que revitalizou os quiosques das praias cariocas.

■ ORAÇÃO - O coordenador do PL Costa Verde e aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro, Renato Araújo, vai organizar mais um encontro para orar pelo ex-presidente. Já são 100 dias pre-

so’, lembrou em suas redes sociais. A oração vai acontecer na casa de Bolsonaro, em Angra, na Vila Histórica da Mambucaba nesta sexta-feira (14) às 20h.

■ RESULTADO - Petrópolis foi considerada a cidade mais segura do Estado do Rio de Janeiro em 2025. O levantamento é da MySidem, com

base em dados do IBGE e do Ministério da Saúde. No ranking das 10 cidades mais seguras do Estado, três estão localizadas na Região Serrana. Entre elas, Nova Friburgo, que ocupa a 4^a colocação, e Teresópolis, na 7^a posição. O anuário utiliza exclusivamente a taxa de homicídios por 100 mil habitantes como indicador principal.

Tales Faria

Para evitar Michelle candidata, Bolsonaro cobra pesquisa do PL

Pesquisas eleitorais apontando sua mulher, Michelle Bolsonaro (PL), como a preferida do eleitorado na família para concorrer à Presidência da República têm deixado o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) preocupado. Ele está cobrando do seu partido pesquisas mais detalhadas que incluem como candidato o filho senador, Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quinta-feira, 13, por exemplo, revelou que em nenhuma vez, nos levantamentos realizados desde maio até agora em novembro, Flávio Bolsonaro conseguiu alcançar nem mesmo 1% das menções espontâneas de voto dos entrevistados.

O problema para o Bolsonaro pai é que, da família, somente ele próprio e Michelle aparecem na pesquisa espontânea.

Com o agravante de que Jair Bolsonaro está inelegível, prestes a ser preso, e o filho deputado, Eduardo Bolsonaro (PL-SP), está praticamente exilado fora do país, com risco de encarar um processo quando voltar.

Mais. O ex-presidente involuiu de 9% nas menções espontâneas dos entrevistados para 6%, enquanto sua mulher variou de traço para 1% nos seis levantamentos espontâneos desde maio.

No perfil machista do clã, não cabe entregar a Michelle - uma mulher, e do terceiro casamento - o espólio político amealhado pelo pai. Nesse quadro, antes de ver pulverizado seu legado, Bolsonaro ainda quer tentar passá-lo ao filho Flávio, que ele acredita ainda ter alguma possibilidade. Daí porque cobra sondagens de opinião específicas do PL.

Na pesquisa estimulada Genial/Quaest, Michelle se sai melhor num eventual primeiro turno contra Lula do que Eduardo, e até mesmo do que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ela teria 18% das in-

tenções de voto, contra 16% de Tarcísio e 15% de Eduardo. Já Lula varia de 31% a 35%.

No eventual segundo turno contra Lula, Michelle ficaria com 35% e Eduardo, com menos, 33%. O melhor desempenho aí é fora da família, com Tarcísio de Freitas e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), chegando ambos a 36% contra Lula. O paranaense Ratinho Junior (PSD) e o goiano Ronaldo Caiado (União Brasil), teriam o mesmo desempenho de Michelle: 35%. Todos perdendo para o presidente Lula.

Como os demais integrantes do clã Bolsonaro, Michelle vai muito mal no quesito rejeição. 61% dos entrevistados pela Genial/Quaest a conhecem e não votariam nela. Em compensação, Eduardo tem uma rejeição ainda maior: 67%.

Neste quesito, os governadores pré-candidatos se saem melhor, com rejeições variando entre 35% e 40%. A imagem da família deteriorou-se quase completamente por defenderem o tarifaço do norte-americano Donald Trump contra o Brasil.

É grande o risco de só restar ao ex-presidente Jair Bolsonaro ter que entregar seu legado a alguém de fora da família, como Tarcísio de Freitas e os governadores de direita, ou à sua mulher, que já colecionou desavenças pesadas com alguns dos filhos, especialmente o vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro (PL).

Se Bolsonaro perguntar ao presidente do seu partido, Valdemar Costa Neto, qual nome da família os integrantes da legenda preferem como candidato (a) ao Palácio do Planalto, Valdemar responderá que é Michelle, sem dúvida.

O entorno do ex-presidente não aguenta mais a canga com que Bolsonaro e os filhos tratam quem não é da família. Michelle é mais maleável, por incrível que pareça, embora, para os políticos próximos, qualquer aliado que tivesse votos para concorrer seria melhor do que um membro do clã.